



Câmara Municipal de Campina Verde - MG

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

Informações Básicas

Tipo da Sessão: Sessão Ordinária

Abertura: 04/11/2025 - 19:15

Encerramento: 04/11/2025 - 21:30

Mesa Diretora

Lista de Presença da Sessão

Correspondências

Expedientes

01 - Abertura da Sessão

Aos quatro (04) dias do mês novembro (11) do ano de dois mil e vinte e cinco (2.025), cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais, no Salão destinado às Reuniões da Câmara Municipal, situado à Rua 26 n.º 114, sob a Presidência do Vereador LEONARDO FREITAS CAETANO TOSTES, realizou-se às 19h15min horas, a DÉCIMA SÉTIMA Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Vigésima Legislatura, com a presença dos vereadores:

Leonardo Freitas Caetano Tostes- Presidente

Wellington Rodrigo Souza Nascimento-Vice-Presidente

João Marcos de Jesus Fernandes- Secretário

Edicionil Dias da Silva- Tesoureiro

Dásio Antônio Martins dos Santos

Ildo Arantes Coimbra

Ilson Divino de Souza

José Alves de Araújo

Marcelo Almeida da Silva

Rodrigo Camargos Gonçalves

Havendo quórum necessário a Presidência deu início aos trabalhos, declarando aberta a sessão.

02 - Leitura da Bíblia

O vereador Rodrigo fez a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada.



Câmara Municipal de Campina Verde - MG

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

03 - Hinos - Município e Nacional

Em seguida, com todos de pé, foram executados o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Município.

04 - Apreciação da Ata Anterior

Havendo a Ata anterior sido colocada à disposição dos senhores vereadores com a antecedência regimental, em observância ao disposto nos Artigos 160 e 161 do Regimento Interno, o Presidente colocou a ata em discussão, observando que a mesma não foi impugnada, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

05 - Leitura de Matérias

A Presidência solicitou à Assessora Dr^a Ana Caroline, que fizesse a leitura das correspondências encaminhadas a esta Casa de Leis. Iniciando com as Correspondências apresentadas pelo Senhor Prefeito: Projeto de Lei nº 056/2025, Dispõe sobre “Denomina a cobertura da arquibancada do Estádio Municipal Dr. Afonso Celso Faria e dá outras providências. (Protocolo 640/25). Correspondências apresentadas pelos senhores vereadores: Projeto de Lei 026/2025, que Dispõe sobre “Dispõe sobre a concessão de comenda da ordem municipal do mérito “João Batista Siqueira” e dá outras providências. INDICAÇÕES feitas pelo Vereador Leonardo Freitas Caetano Tostes registrou nos anais desta casa de Lei, um voto de pesar pelo falecimento de Viliado Arsênico de Menezes. (Protocolo 691/25) (Ildo) (Vanderlei) (Dásio) (Xerereú), registrou nos anais desta casa de Lei, um voto de pesar pelo falecimento de Roberto Cartes de Freitas. (Protocolo 690/25) (Ildo) (Vanderlei) (Dásio) (Xerereú), registrou nos anais desta casa de Lei, um voto de pesar pelo falecimento de Lázaro Alves da Silva ex - servidor público Municipal. (Ildo) (Dásio) (Xerereú) (Vanderlei). INDICAÇÕES feitas pelo Vereador Vanderlei do Hospital: indicou ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que por intermédio do setor competente seja realizado o serviço de tapa buracos nas vias do Bairro Redenção visando à melhoria das condições de tráfego e à segurança dos moradores. (Protocolo 686/25), registrou nesta Casa de Leis um Voto de Pesar pelo falecimento de Vicente Franco da Silva. (Protocolo 682/252) (Ildo) (Dásio) (Xerereú), registrou nesta Casa de Leis um Voto de Pesar pelo falecimento de Viliado Arcênio de Menezes. (Protocolo 683/25) (Ildo) (Dásio) (Xerereú), registrou nesta Casa de Leis um Voto de Pesar pelo falecimento de Lazaro Alves da Silva ex - servidor público Municipal. (Protocolo 693/25) (Ildo) (Dásio) (Xerereú). INDICAÇÕES feitas pelo Vereador Ildo Coimbra: indicou ao Chefe do Poder Executivo Municipal a construção de um abrigo nas dependências do ESF Ana Cândida localizado no bairro Alvorada para que os pacientes que utilizam o transporte de saúde nas madrugadas possam aguardar em local adequado e protegido. (Protocolo 685/25), indicou ao Chefe do Poder Legislativo Municipal a abertura de concurso publico para provimento da vaga deixada pelo servidor Dr. Paulo Luciano. (Protocolo 688/25), fez uma Moção de Aplauros as Servidoras Cleonice Rosa da Silva e Maria Aparecida dos Santos, catadoras de materiais recicláveis. (Protocolo 677/25) (Vanderlei) (Dásio) (Xerereú), fez uma Moção de Aplauros ao Deputado Federal Mário Heringer (PDT/MG) pelo seu empenho politico junto ao Ministério dos Transportes buscando viabilizar a conclusão do asfaltamento de aproximadamente 12 km da BR-364 no trecho que liga Campina Verde a Gurinhata/Chaveslândia. (Protocolo 692/25) (Vanderlei) (Dásio) (Xerereú). Indicações feitas pelo Vereador Joao Marcos indicou ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que por intermédio do setor competente seja realizado um estudo técnico para solucionar o problema enfrentado na Rua 20 esquina com a Avenida 21 durante os períodos de Chuva. (Protocolo 700/25), indicou ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que por intermédio do setor competente faça a cobertura do pátio da



Câmara Municipal de Campina Verde - MG

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

Escola Municipal Petronília Gonçalves de Lima. (Protocolo 697/25), registrou nesta Casa de Leis um Voto de Pesar pelo falecimento de Herculano Antônio Pereira. (Protocolo 693/25) (Ildo) (Vanderlei), registrou nesta Casa de Leis um Voto de Pesar pelo falecimento de Lazaro Alves da Silva. (Protocolo 698/25) (Ildo) (Vanderlei) (Dásio) (Xerereú). INDICAÇÕES feitas pelo Vereador Wellington Pretinho, registrou nos anais desta casa de Lei, um voto de pesar pelo falecimento de Lazaro Alves da Silva ex - servidor público Municipal. (Protocolo 689/25) (Ildo) (Vanderlei) (Dásio) (Xerereú). Indicações feitas pelo Vereador Tenente Araújo fez uma Moção de Aplausos para as empresas Sicoob, Sicredi, Agroverde, CCPR e Unimed Pontal do Triângulo pelo evento chamado dia C dia de Cooperar. (Ildo) (Vanderlei) (Dásio) (Xerereú). Indicações feitas pelo Vereador Xerereú do Ajax indicou chefe do Poder Executivo Municipal que através do setor competente a correção das canaletas da Avenida Fradique Correia direcionando-as para o canteiro central, bem como solicite ao DNIT a limpeza dos bueiros localizados sob a rodovia de modo a permitir o escoamento adequado das águas pluviais evitando assim alagamentos na Avenida Fradique Correia e transtorno aos moradores da região. (Protocolo 696/25), indicou ao chefe do Poder Executivo Municipal que através do setor competente a melhoria do fornecimento de água no Cemitério Municipal mediante a instalação de um reservatório com capacidade para 5.000 litros e o aumento do número de torneiras disponíveis tendo em vista que o número de sepultamento no local aumentou significativamente. (Protocolo 695/25), reiterou ao chefe do Poder Executivo Municipal que através do setor competente a construção de uma canaleta em frente à residência do senhor Barrela localizada na Avenida 21 esquina com a Rua 22. (Protocolo 694/25). INDICAÇÕES feitas pelo Vereador Dásio ao senhor Prefeito Municipal para que através do setor competente para contratar uma pessoa para o serviço de Agente de Endemias para o Distrito de Honorópolis no lugar da servidora Elisângela. Correspondências de Diversos: Convite para participação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2025. O Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campos Avançado Campina Verde tem a satisfação de convidá-lo para participar da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2025 que será realizada no dia 06 de novembro de 2025, no horário das 08h00min às 16h00min horas na dependência do Campus. Informamos que o horário de abertura será às 08h00min.

06 - Pequeno Expediente

: O vereador Ildo Coimbra cumprimentou a todos. Comentou que a secretária, fez a leitura da Comenda nº 026/25, e esclareceu que a referida "comenda" tem nome, que é destinada ao ex-deputado Nârcio Rodrigues da Silveira. Disse que gostaria que os documentos fossem lidos na íntegra, que Nârcio Rodrigues da Silveira, que nunca votou no mesmo, que a "comenda" foi um pedido de seus irmãos Ildeu e Ivo, que é o homem público que mais trabalhou para o Triângulo Mineiro, que é merecedor dessa comenda, que tem questão ideológica diferente, que isso não é a questão. Disse que o ex-deputado Nârcio novamente abraçou a questão do asfaltamento dos 12 km, da BR- 364 juntamente com o deputado federal Mário Erijo. Disse que fez uma Moção de Aplauso para aquele que trabalha por Campina Verde e nossa Região. O vereador Ildo Coimbra reiterou suas razões. Disse que o Nârcio estava ouvindo, que enviou um link para o mesmo, que outros projetos bons virão, não só para Campina Verde, mas para o Triângulo Mineiro. Disse que o ex-deputado Nârcio é uma pessoa que se candidatar a deputado federal ou estadual, acredita que se elege, que em Campina Verde teve aproximadamente seis mil votos, que o mesmo tem uma votação expressiva, que sua questão com o Nârcio, não é questão de candidatura, mas uma questão de reconhecimento como ser humano, cidadão campina-verdense, que participa da política de Campina Verde há mais de trinta anos. Disse que tem deputado de Uberlândia que tem votação expressiva em Campina Verde e que não abraçou a causa dos 12 km. Disse que está confiante, que é muito cobrado pelas pessoas que trafegam por ali, que os deputados de Uberlândia vêm à Campina Verde para pedir votos e chegam com migalhas e os assessores



Câmara Municipal de Campina Verde - MG

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

mentindo para o povo com emendas. Informou que no grande expediente irá solicitar ao Poder Executivo para combater fake News, para ser divulgado no site da Câmara e da Prefeitura.

07 - Grande Expediente

Com a palavra o Presidente solicitou a quebra do interstício para que colocar em votação junto ao Plenário a proposta de ouvir o Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Hélder Carlos dos Santos, acompanhado do advogado da AMVAP, Dr. Alexandre, ambos foram convidados por esta Casa para explicar a população que nos acompanha sobre os impactos da Lei Complementar nº 2.583/2.025, de 22 de outubro de 2.025, a qual fixou em 5% (cinco por cento) a alíquota do Imposto Sobre Serviços-ISS. Aqueles vereadores que concordam em ouvir o Secretário e o advogado permaneçam como se encontram. Tendo sido Aprovado pela maioria dos senhores vereadores. Registrando Dois (02) Votos ao contrário dos vereadores Dásio e Tenente Araújo. O Presidente convidou o Sr. Helder Carlos dos Santos e o Dr. Alexandre para ocuparem a Tribuna. Com a palavra o vereador Tenente Araújo disse que não estava entendendo o motivo do secretário estar na Câmara, uma vez que a Câmara tem o Regimento Interno e que estava sendo “ferido”, em seu artigo 229 do referido Regimento: “que o vereador pode convocar os secretários municipais mediante convocação” e que até o presente momento não viu convocação, que foi feita uma solicitação do vereador Ildo Coimbra para que o secretário viesse fazer esclarecimento, que “vereador não faz solicitação e sim convocação”, de acordo que está previsto no Regimento Interno, caso não tenha passado pelo Plenário, cabe a Lei de acesso à informação no Regimento Interno, no caso o cidadão deve solicitar não para a Câmara e sim o Executivo, que deverá responder para o cidadão que fez a solicitação, de acordo com a Lei de acesso à informação. Faz-se dessa forma, muitas vezes a minoria na Câmara pode não aprovar a convocação. Disse que não concordou, por isso votou contra, pois estava ferindo o Regimento Interno. O Presidente vereador Leonardo convidou à assessora Drª. Paula Brito. Disse ao vereador Tenente Araújo, que o mesmo não deveria temer a explanação do secretário e Dr. Alexandre, que o vereador Tenente Araújo deveria ficar firme com os esclarecimentos dos dois profissionais, que o vereador colocou dúvida na “cabeça” da população. A assessora jurídica Drª Paula mencionou que foi colocado em votação, que o Plenário é soberano e foi aprovado pela maioria dos senhores vereadores. O vereador Ildo Coimbra disse que iria reafirmar as palavras da assessora Drª Paula, que ele fez esse pedido no grupo. Disse ao vereador Tenente Araújo que o que foi dito no vídeo foram cinquenta por cento (50%) de verdade e cinquenta por cento (50%) de “Fake News”, que os profissionais vieram para dar esclarecimentos, que a população está culpando os vereadores. Disse que trabalha com a verdade, que quando reformar o Regimento Interno, da forma que deputado Janones foi suspenso, que tem vereador que “desvirtua” votação, com meia verdade e meia mentira, o vereador teria que ser suspenso do “mandato” durante sessenta a noventa dias, que em razão disso a população ficou culpando os vereadores. Disse para o vereador Tenente Araújo que o mesmo terá os esclarecimentos necessários, que os profissionais estão na Câmara para mostrar a verdade para o povo, que trabalha na página do Pontal Notícias, faz vídeos para mostrar a verdade para a população, que deixa algumas pessoas contrariadas, porém não denigre vereador nenhum, que apresenta o que pode levar para o Executivo, que faz suas cobranças, porém não cita nome de ninguém. Disse que o Plenário é soberano e a democracia é ouvir as pessoas. Que ficou a verdade do vereador Tenente Araújo e os nove vereadores ficou na defensiva. Disse para o vereador Tenente Araújo ouvir e como pessoa íntegra, deveria se retratar. O vereador Tenente Araújo solicitou a palavra. O Presidente vereador Leonardo disse que iria dar sequência e que o Plenário é soberano, que daria sequência para ouvir os dois profissionais, para desmentir algumas inverdades que foram colocadas. Convidou os profissionais para dar sequência. O secretário Helder cumprimentou a todos. Agradeceu a todos pelo convite para prestar alguns



Câmara Municipal de Campina Verde - MG

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

esclarecimentos. Colocou-se à disposição. Passou a palavra para Dr. Alexandre. Com a palavra Dr. Alexandre primeiramente cumprimentou o Presidente da Câmara Leonardo e cumprimentou a todos. Disse que conhecia todos os vereadores, inclusive o vereador Tenente Araújo que tem uma simpatia. Disse que recebeu o convite do secretário Helder para prestar alguns esclarecimentos referentes ao ISS, referente aos Cartórios, bem ainda da importância da Reforma Tributária, atualmente. Disse que esteve algumas vezes na Câmara, ministrando palestras nas Conferências Municipais. Disse que trabalha na AMVAP (Associação dos Municípios de vinte e quatro cidades), com sede em Uberlândia. Comentou que vem trabalhando, a visão geral como está a aplicação da Reforma Tributária nos municípios, que compõe a nossa Associação, participando de diversos seminários, que foi convidado para falar sobre a questão do ISS. Que houve uma situação em Minas Gerais, a tabela, a Lei 15.424/15, traz a tabela que trata dos emolumentos dos cartórios no âmbito de Minas Gerais, que é uma Lei Estadual, que estava defasada e houve um movimento por parte dos cartórios, tem o Sindicato do Registro Civil tem a Associação dos notários. Disse que trabalhou em cartórios na década de 1990, que foi juiz de paz também, que houve um movimento que a tabela estava defasada, que a referida Lei em seu artigo 19, que grande parte da população desconhece, é a que trata das isenções, que vários aspectos dessa Lei trazem benefício para a população, que quando vai registrar imóvel, na questão de compra e venda, no ato de registrar, no artigo 19 dessa Lei 15.424/2015, trata de algumas isenções, e boa parte da população desconhece, quando é programa habitacional, trata de recursos, de pessoas de baixa renda, quando o imóvel mede até sessenta metros quadrados, o terreno de duzentos e cinquenta metros, o cidadão é isento dos emolumentos e a taxa de fiscalização judiciária, porém em razão dessa defasagem da tabela, houve esse movimento na Assembleia de Minas Gerais e essa Lei foi atualizada. Houve uma negociação, no Governo Zema foi aprovado essa atualização e algumas partes dessa tabela subiram por força do aumento do Estado de duzentos por cento (200%), a parte da tabela dos emolumentos. Quando compramos um imóvel, aqui em Campina Verde, aquele médio em torno de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), não alterou em nada, a pessoa vai ao Cartório e paga o ITBI, paga os emolumentos, paga a taxa de fiscalização judiciária e paga o ISS. Que esse é o objetivo dos referidos esclarecimentos. Quanto ao ITBI, que adquire um imóvel no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), não houve nenhuma alteração, alíquota permanece imutável, o objeto aqui é o ISS, um imóvel que o cidadão que no Cartório vai repercutir o objeto, o objeto dessa alteração, que teve no ISS no município de Campina Verde, a pessoa que vendeu o imóvel no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), vai pagar uma taxa, no caso o valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), aproximadamente e a pessoa que vende um imóvel no valor de R\$1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), irá pagar diante da alteração, em torno de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais), uma vez que o ITBI gerou essa confusão, que houve a alteração da alíquota de dois para cinco, é esse momento. Um imóvel que o cidadão paga e compra no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), irá pagar R\$125,00 (cento e vinte reais). Essa tabela foi publicada pelo RECOMP, o Sindicato do Registro Civil e a Associação de Notários, isto é publicado, essa tabela funciona no Estado de Minas Gerais, o que varia é a questão da alíquota, que a Administração pública está passando um momento complexo, enquanto representando os municípios tem o dever de trazer esses esclarecimentos para a população, que a partir do ano que vem começa entra em vigor, que houve uma alteração enorme em nível de legislação tributária no país. Que a reforma tributária, houve uma alteração no Congresso Nacional, aprovação da emenda constitucional 132, em seguida dois projetos, um já foi votado, foi convertido em Lei Complementar nº 214, o projeto de lei nº 064, que institui os impostos, um imposto único, IVA, para cobrir bens e serviços, que pagamos ISS quando vamos adquirir alguma coisa, prestação de serviços ISS, quando compramos um bem ICMS, que houve essa alteração na legislação e que está repercutindo, a partir de trinta e um 31 de dezembro de 2026, os municípios estarão precisando correr atrás do prejuízo, porque quem não correr atrás, terá problemas, terá que regularizar e trabalhar com educação fiscal no município, incentivar o cidadão pedir a nota fiscal, para melhorar o coeficiente dele, de fiscalização e arrecadação, a partir do ano que vem entra em vigor efetivo, uma



Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

parcela de teste a alíquota do IPVA. Disse que estamos diante de um problema, pois o município que não trabalhar sua arrecadação, trabalhar com o cidadão para que peça sua nota fiscal quando tiver uma compra de um bem ou contratar um serviço, seja um pedreiro que vai até a sua casa fazer um trabalho de conserto, se não tomar essas providências, o município será prejudicado nos próximos cinquenta anos, pois o município não terá condições de aumentar, incrementar esse índice efetivo de arrecadação, uma situação muito séria que terá impacto nos próximos cinquenta anos a reforma tributária, muitos municípios estão na correria, inclusive Campina Verde assinou o termo de convênio na adesão à nota fiscal eletrônica nacional, mais de quatro mil municípios já assinaram. Solicitou a participação e apoio da Câmara, que os códigos tributários terão que serem revistos. Que os "pix" tem que entrar nos tributários, que tem municípios que a arrecadação ainda recebe depósito bancários, os cheques precisam ser mudados para cartão de crédito, pagar impostos via cartão de crédito, que está sendo explanadas sobre "atualização", inovação, que precisa ser renovadas várias situações. Convidou a todos para participar do movimento de atualizar a educação fiscal, o cidadão pegar a nota fiscal, quando o cidadão comprar em Uberlândia indicar que mora em Campina Verde, indicar onde o produto será consumido, para que esse imposto venha para Campina Verde. Disse que estamos diante da mudança exponencial para a população, uma vez que o município depende da referida arrecadação impostos para trabalhar as políticas públicas. Disse que foi publicado a Lei Complementar nº 220 que aprovou o Sistema Nacional da Educação, requer muito a participação de todos para melhorar essa questão, para melhorar a arrecadação do município. Disse que essa tabela foi redimensionada, porque vinha com várias situações. Minas tem oitocentos e cinquenta e três municípios e nem todas as cidades tem cartório. Reiterou sobre a necessidade da Reforma Tributária. O vereador Ildo Coimbra disse que foi publicado pelo vereador Tenente Araújo que foi aprovado pela câmara um projeto e o povo ficou quase em pânico, onde o mesmo falou que os nove vereadores entregaram a "alma do povo" e na realidade o Dr. Alexandre está trazendo a "luz da verdade", onde um imóvel de duzentos mil reais irá pagar cento e vinte e cinco reais, desse imposto que foi aprovado, que foi dito pelo Dr. Alexandre que foi o Governador Zema que fez esse aumento na tabela de emolumentos para duzentos por cento (200%). Que precisa ser dito a verdade para o povo, que não estão massacrando o povo. Disse que o vídeo do vereador Tenente Araújo não condiz com a verdade, que o vereador colocou meia verdade e meia mentira, que isso não é justo. Disse que gastou vinte e um anos para chegar à câmara e que está no Legislativo para honrar seu povo. Disse que o Dr. Alexandre que é da AMVAP desfez a parte de um fake News para o povo de Campina Verde. O vereador Tenente Araújo disse ao vereador Ildo Coimbra que provem qual fake News que fez. Indagou ao Dr. Alexandre se a alíquota de dois por cento (2%) passou para cinco por cento (5%) e qual foi o reajuste. O Dr. Alexandre disse que se for colocar nominalmente o reajuste são de cento e cinquenta por cento (150%), porém é a alíquota e não a base. O vereador Tenente Araújo indagou quem vai pagar cento e oitenta (180) e quanto pagava com dois por cento (2%). O Dr. Alexandre disse que não foi alterado dessa forma, uma vez que a taxa dos emolumentos não subiu linear em duzentos por cento (200%), em todos os casos. O vereador Tenente Araújo disse que o ISS de dois passou para cinco, sobre a taxa do ISS (imposto sobre o serviço), não sobre os emolumentos, que não estava falando sobre o reajuste referente ao ISS, referentes aos serviços prestados pelo cartório. Com a palavra Dr. Alexandre disse que esse é o serviço que serve de base para o ISS, porque às vezes gera o conflito, que entende a dúvida do vereador, porque deu entender que a base desse cinco por cento (5%), é sobre o imóvel inteiro, que é somente sobre a tabela, a parte que o Estado cobra. Nesse caso, por exemplo, o Estado, essa base dos cento e oitenta e cinco (185), de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), quando vai registrar um imóvel, o Estado cobra quatro mil reais (R\$ 4.000,00), porém o município ira cobrar R\$185,00 (cento e oitenta e cinco reais), essa é a parte da Lei, pois não foi proporcional como o Estado aumentou a Tabela dele. No caso, o imóvel de duzentos mil reais (R\$200.000,00), o contribuinte paga para o Estado, um mil e pouco reais e o referido valor vai servir para o município, sendo o valor cento e vinte



Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

reais. O vereador Tenente Araújo disse que foi bem claro em seu vídeo sobre o imposto sobre serviço, serviços de registro cartorário e notariais referente ao ISS, que é o imposto municipal, que na verdade o ISS houve um registro de alíquota cento e cinquenta por cento (150%), ou se estava mentindo. O Dr. Alexandre disse que precisava esclarecer porque criou uma figura, que é bom esclarecer, qual é o ponto, esse cinco por cento (5%), que realmente teve, porque isso é um movimento que está acontecendo em nível dos municípios que precisam regularizar a questão frente à reforma tributária, que em algumas cidades já estão acontecendo, que o ponto sobre um imóvel de duzentos mil reais, que é a média de mercado, não irá incidir cinco por cento, a prefeitura estará cobrando a parte que o Estado tem que pagar, e esta parte são quatro mil reais. O vereador Tenente Araújo mencionou a respeito do ISS, que alíquota reajustou 150% (cento e cinquenta por cento), e de dois para cinco, perfaz um valor de cento e cinquenta reais (150%). Indagou ao Dr. Alexandre a alíquota de dois para cinco por cento, quem irá arcar com esse valor. Dr. Alexandre informou que deveria ser o Cartório, porém Minas Gerais tem uma anomalia frente aos outros Cartórios do país. Disse que Minas Gerais tem uma Lei que passa para o usuário, no caso do cidadão, porém nesse caso, o artigo 19, dessa mesma Lei traz a questão das isenções, isso não chega até a população, e foi por isso que a tabela foi ajustada. Tem muita isenção, no caso do programa habitacional, o cidadão não paga as tarifas, um imóvel de até sessenta e cinco metros quadrado, de um terreno até duzentos e cinquenta o cidadão não paga essas tarifas, no caso tem que mostrar o impacto desse reajuste. O Presidente vereador Leonardo indagou se um imóvel de um milhão e quatrocentos mil reais, bem ainda um imóvel de duzentos mil reais, a despesa do cidadão seria qual valor. Dr. Alexandre respondeu que são de cento e oitenta e cinco reais e de duzentos mil reais, serão de cento e vinte e seis reais. Agradeceu ao convite de estar na Câmara prestando os devidos esclarecimentos. Disse que a Reforma Tributária precisa chegar aos municípios. O Presidente vereador Leonardo indagou ao secretário Helder que no ano de 2.011, qual era porcentagem. O secretário Helder informou que no ano de 2.011, havia uma Lei no Código Tributário vigente, a alíquota era de três por cento (3%), e houve uma alteração para dois por cento (2%), que isso teve uma redução, uma vez que isto reflete na saúde do povo de Campina Verde, no FGTS, no salário dos servidores públicos daquela época. Com a palavra o vereador Rodrigo indagou porque no ano de 2.011 abriu mão da referida "receita", que todos sabem que abrir mão de receita é um crime, porém o motivo não sabem o porquê "abriu mão" de três por cento para dois por cento", e diante dessa situação qual seria o valor que foi deixado de arrecadar, até o momento de hoje, após quatorze anos, uma vez que o Cartório deixou de repassar esse valor para a Prefeitura. Qual seria o montante. O secretário Helder informou que em se tratar de uma receita bruta de um Cartório no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), hoje, passaria mais de um milhão de reais, em se tratando de um Cartório. Agradeceu a presença do Dr. Alexandre. Disse que não tem medo da verdade, que não sabia que o cidadão mais humilde tem direito à isenção cartorária, mesmo sendo serviço particular. O vereador Ildo Coimbra indagou ao secretário se no ano de 2.011, abriu mão de receita de três para dois por cento e que foi aprovado pela Câmara. Manifestou ao Ministério Público que estaria fazendo uma denúncia, por abrir mão de receita, que o município perdeu e que iria enviar esse vídeo para o Promotor, pois precisa passar Campina Verde "a limpo", sem fake News, se abriu mão de receita, o Ministério Público precisa notificar a Prefeitura e informar tudo isso e abrir o procedimento, se abriu mão de receita, o povo está sofrendo com a falta de cesta básica, falta de cadeiras de rodas. Solicitou ao Ministério que veja esse caso em questão, que foi falado dentro do Plenário da Câmara Municipal de Campina Verde. Com a palavra o vereador Tenente Araújo disse que com todo o respeito, que foi afetado a saúde, o salário do trabalhador, porém houve uma renúncia de receita, e a Câmara deve ter aprovado, e quando a renúncia de receita tem que fazer o fator impactante para cobrir a referida renúncia. Indagou que tinha uma alíquota de dois por cento (2%) e passou a alíquota para cinco por cento (5%), quanto por cento essa alíquota subiu. O secretário Helder. Disse que quando se fala em porcentagem, precisa ter muito cuidado, se levantar que houve um acréscimo de cento e cinquenta por cento (150%),



Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

para a população, isso não é verdade, isso se aplica em cima do ISS, de acordo com a tabela, não em cima dos emolumentos. O vereador Tenente Araújo disse que o secretário não entendeu sua pergunta, somente o reajuste da alíquota. Disse que é sabedor que é em cima dos emolumentos, pois emolumentos quem faz é o Governo do Estado. Disse que a alíquota de dois foi para cinco por cento do ISS, que fez um aumento de cento e cinquenta por cento (150%), que não estava falando do montante do Cartório, que em seu vídeo foi bastante explícito, que cento e cinquenta por cento (150%) em cima da alíquota de dois para cinco por cento. Com a palavra o vereador Edicionil disse que seria uma irresponsabilidade não votar no referido projeto, sendo que traz benefícios para nossa cidade, que não é justo as outras cidades cobrar cinco por cento (5%), e Campina Verde dois por cento (2%), que antigamente os administradores diziam que Campina Verde não tinha recurso, que está cobrando do contribuinte e devolvendo em benefícios, que hoje o Prefeito consegue pagar a contra partida, pois a arrecadação melhorou que não é justo Campina Verde ficar atrás das outras cidades. Disse que é o dinheiro do povo voltando para o povo. Citou como exemplo a Ponte do Quebra Pé, a Prefeitura entrou com a contra partida. Com a palavra o vereador Tenente Araújo parabenizou o secretário Helder, apesar de ter dito anteriormente que estava ferindo o Regimento Interno. Solicitou ao Presidente sobre a informação referente da base legal de alguns impostos que são cobrados no Cartório pelo nosso município. Citou alguns exemplos: uma taxa de certidão no município perfaz um valor total de novecentos e sessenta e oito reais, por qualquer imóvel que você compra que gostaria saber qual a base legal para essas cobranças, bem ainda a taxa de transferência de propriedade, o ITBI não seria uma tributação. O secretário Helder disse que tem base legal, que é a Lei 1345/98, que é o Código Tributário, que precisa de uma reforma no referido código de acordo com a reforma tributária, que está “batendo em nossa porta”. Disse que está regulamentado na Lei, tanto o protocolo quanto a certidão de transferência. O vereador Tenente Araújo indagou se está previsto na Constituição Federal e se o Código Tributário não está ferindo a nossa Constituição Federal. O secretário Helder disse que em seu ponto de vista não vê uma tributação nesse caso, porém poderá ser levado para a pessoa responsável para analisar uma futura reforma. Com a palavra o vereador Rodrigo disse que é muita hipocrisia, que tentou “barrar” o Dr. Alexandre e o secretário Helder para explanar para sociedade, que a maioria aprovou que agora vem agradecer pelas explicações. Indagou ao vereador Tenente Araújo se o mesmo está do lado do povo ou dos Cartórios. O vereador Tenente Araújo disse que as taxas não tem nada a ver com Cartório, que a taxa é repassada para o município. O secretário Helder disse no caso é cobrado pelo município, que na hora de emitir o ITBI, qualquer transferência é cobrado na hora. O vereador Rodrigo disse que hoje estão para explanar sobre o projeto que votaram e o vereador está desviando o foco. Disse que sua preocupação foi uma fake News que foi montado em cima do projeto. O vereador Edicionil disse que está na Câmara para trabalhar com a verdade e nesse projeto não viu nenhuma linha que “fala” que vai cobrar do contribuinte. O Presidente vereador Leonardo agradeceu a presença do secretário Helder e Dr. Alexandre que ficou claro que um imóvel de duzentos mil reais a despesa do cidadão será de cento e vinte e cinco reais. O secretário Helder disse que estava falando de ISS, aproximadamente e depende do ato. Disse que cada ato tem o seu valor, de emolumentos e de impostos. Agradeceu a todos. Colocou a secretaria da fazenda a disposição de todos. O vereador Ildo Coimbra solicitou ao Presidente para fazer um requerimento ao Willian Batista que é da imprensa, para pegar uns trechos da reunião, porque na íntegra todos podem assistir, e enviar para cada vereador a verdade dos fatos. Que irá combater as fake News. Deu sequência ao Grande Expediente. Com a palavra o vereador Ildo Coimbra teceu comentários referente à Copasa, que é o assunto de Campina Verde, que tem entendimento que as coisas estragam, queimam, porém uma Empresa do porte da Copasa, no Estado de Minas Gerais, tem que ter equipamentos de reserva, é uma questão que incomoda a sociedade, que entende que os funcionários da Copasa de Campina Verde querem fazer, porém Belo Horizonte não faz os devidos investimentos. Disse que soube de um fato que ocorreu na Rua Quarenta, que mexeram no lacre e que recebeu uma multa de um mil e



Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

oitocentos reais, pessoas que fizeram empréstimo para pagar a Copasa, que foi poluída a água do Rio Verde. Solicitou providências ao Ministério Público, bem ainda pediu para a Juíza de Campina Verde uma liminar e dar uma multa para Copasa para restabelecer a água. Que o pessoal da Copasa local quer trabalhar, porém não tem equipamentos necessários, que está faltando comunicação da Copasa com o Poder Público Municipal, que existem várias ações na justiça, que o instrumento legal da Câmara é constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), vai ajudar trazendo pessoas de Belo Horizonte em Campina Verde, como Presidente, diretoria da Copasa. Disse que vai providenciar e entrar com o pedido de CPI, contra a Copasa, que já existe o fato concreto, falta de água, matança de peixe, carniça no Bairro Gilma Teixeira e demais bairros. Pediu que o Poder Judiciário, Executivo e Legislativo entrem nessa causa. Disse que a CPI tem o poder de polícia. Disse que precisa do apoio de todos. Com a palavra o vereador Dásio cumprimentou a todos. Teceu comentários referentes à falta de água, pois ficar sem água é muito difícil, que todos os vereadores são cobrados a respeito da falta de água. Solicitou esclarecimentos da Copasa pela falta de água, nas redes sociais, que até o momento a população continua sem água, que o Prefeito também se explica para a população. Solicitou ao Presidente para encaminhar uma indicação ao Senhor Prefeito, através do setor competente, com início das chuvas os pernilongos já começaram, com isso a necessidade de vistoria nos terrenos, uma vez que a ACS está afastada, que o município tome as devidas manutenções e providências. Justificou que votou contra o projeto, pois a carga tributário do país é grande em cima do contribuinte, que o cidadão paga muito imposto e que os recursos não são aplicados onde deveriam ser aplicados. Com a palavra o vereador Vanderlei cumprimentou a todos. Disse que esteve com o Prefeito e tem boas notícias referente o repasse para o Hospital, uma emenda que ganhou do deputado estadual Arnaldo Silva, para aquisição de um aparelho de anestesia, que graças a Deus ocorreu dentro da legalidade e o Hospital vai adquirir o referido aparelho que é de fundamental importância. Reiterou seu pronunciamento referente às cirurgias de cataratas e eletivas, que para acontecer as referidas cirurgias tem a necessidade da aquisição do aparelho de anestesia, que o Prefeito irá sequenciar as cirurgias de cataratas e eletivas. Disse que esteve na APAE e através de um trabalho que fez com ex-deputado Aelton de Freitas para aquisição de “ar condicionado” para essa Instituição e estão sendo instalados. Teceu comentários referente ao projeto do imposto, que tiveram o prazer de ouvir os esclarecimentos de pessoas que realmente entendem que respeita o ponto de vista de cada um, que foi passado que apenas dois vereadores que estavam do lado povo, que todos sabem que a Prefeitura é uma Empresa diferente das demais, que tem tributos, arrecadação, ou seja, sobrevive de arrecadações, que existem as Leis do Estado, a Lei Maior, que são obrigados acompanhar as decisões da Lei Maior. Disse que o gestor precisa cumprir suas metas e suas responsabilidades administrativas. Disse que nunca falou de Prefeito, que cada um tem seu momento de fazer seu trabalho e sua história. Que no passado houve momentos que ambulâncias não podiam sair falta de pneus, de combustível. Que a cadeira de vereador dá essa responsabilidade de aprovar impostos, para ajudar cumprir as metas, que o imposto que o contribuinte paga, o vereador tem que acompanhar para ser bem empregado. Com a palavra o vereador Ildo Coimbra informou de uma conquista no valor de trezentos mil reais (R\$300.000,00), emenda do deputado André Janones, esse recurso já se encontra na conta e quem fez o cadastro foram o Miguel e a Marília. Solicitou ao Presidente para associar-se a todos os Votos de Pesar e as Moções de Aplauso. Disse que o Jurídico da Prefeitura conclua o projeto “Minha Casa, Minha Vida”, que o povo cobra muito, uns dizem que é mentira, que é um compromisso de uma campanha do partido do 77. Disse quando participa de partido político, você segue o Programa do Governo. Solicitou para o Jurídico encaminhar para a Câmara Municipal o projeto da “Minha Casa, Minha Vida”, que tem aproximadamente cento e poucos lotes prontos, próximos a Escola Gilma Teixeira. Com a palavra o vereador Vanderlei solicitou ao Presidente para associar-se em todas as Moções de Aplauso e Votos de Pesar. Com a palavra o vereador Welinton Pretim cumprimentou a todos. Agradeceu ao Deputado André pela emenda para Campina Verde, no valor de quinhentos mil reais (R\$500.000,00), graças ao



Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

Renato Moura que também esteve em nossa cidade. Reiterou seus agradecimentos. Com a palavra o vereador Dásio solicitou ao Presidente para associar-se em todos os Votos de Pesar e as Moções de Aplauso. Com a palavra o vereador Tenente Araújo cumprimentou a todos. Acrescentou na Moção de Aplauso da ACP e CCPR. Teceu comentários referentes à Copasa são fatores que acontecem, porém precisa amenizar certas situações, era dia de Finados, precisando lavar os túmulos, que o Executivo deveria ter pronunciado a respeito o que estava acontecendo e manter o cidadão informado. Disse que temos várias Empresas que são parceiros do Poder Executivo, que deveria ter solicitado os caminhões para disponibilizar água no cemitério. Parabenizou o vereador Xerereú que voluntariamente, fora de seu horário de serviço, distribuiu água nos bairros que mais necessitavam. Reiterou seus cumprimentos ao vereador Xerereú. Que essa situação poderia ter sido amenizada, uma vez que todos são “vidraça”, principalmente o Prefeito. Com a palavra o vereador Dásio parabenizou o vereador Xerereú pela iniciativa de distribuir água para a população. Disse que precisa citar o nome dos parlamentares que trouxeram recurso para Campina Verde, que na próxima reunião irá trazer a lista dos referidos deputados para ser divulgado. Com a palavra o vereador Xerereú cumprimentou a todos. Solicitou ao Presidente para associar-se em todas as Moções de Aplauso e Votos de Pesar. Reiterou sua indicação ao Senhor Prefeito, através do setor competente, referente “uma canaleta”, próxima à casa do “Barrela”, na Rua Vinte, com as chuvas pesadas aumentaram as águas empoçadas. Disse que o setor competente tomasse as devidas providências, bem ainda na Avenida Fradique Correa com período chuvoso a água sobe demais, precisa tomar providências para escoar aquela água construindo canaletas ou uma limpeza nas referidas canaletas para facilitar o escoamento da água. Teceu comentários referentes aos “bueiros” que não são suficientes para escoamento das águas das chuvas ou estão entupidos, que o DNIT precisa tomar as providências necessárias, que a chuva estava entrando na casa das pessoas, que estava um “caos”. Comentou sobre a Copasa que foi uma catástrofe, que houve um acidente nos aparelhos. Disse que se soubesse, no sábado teria levado o caminhão “pipa” para o cemitério, que foi informado no domingo sobre a falta de água, que recebeu uma ligação do vereador Tenente Araújo sugerindo de pegar o caminhão pipa, que não age na emoção e sim na razão, e saiu abastecendo mais de cem casas, que trabalhou debaixo de chuva e parou as vinte e uma horas. Com a palavra o vereador Dásio agradeceu ao subprefeito, “Birruga” pelo pronto atendimento, referente à Ponte PA Primavera. Com a palavra o vereador João Marcos cumprimentou a todos. Mencionou sobre a importância da participação da população nas reuniões da Câmara. Parabenizou ao vereador Xerereú pela iniciativa do abastecimento de água para a população. Disse que tem feito gestão junto a Copasa para solucionar a questão do abastecimento de água, que a Copasa vem trabalhando alguns dias para solucionar o referido abastecimento. Teceu comentários para os estudantes que irão fazer o ENEM, que precisa da documentação em tempo hábil, para fazer a viagem para prestar a prova do ENEM. Desejou boa prova aos estudantes. Com a palavra o vereador Dásio solicitou ao Presidente para encaminhar sua indicação ao Senhor Prefeito, através do setor competente, a instalação dos “refletores” do campo de futebol do Distrito de Honorópolis. Com a palavra o vereador Xerereú solicitou ao Presidente para associar-se a todas as Moções de Aplauso. Com a palavra o vereador Marcelo cumprimentou a todos e em especial ao Daniel. Comentou sobre a falta de água em Campina Verde, devido ao transformador que queimou que a Copasa está sempre presente com a população, diferentemente da Cemig, que é um atendimento terceirizado, que imagina que a Cemig vai demorar aproximadamente quinze dias para montar o transformador, que houve um roubo de um transformador no tratamento de esgoto, que foram mais de dois meses a Copasa “bombeando” esgoto, com gerador de energia, gastando a média de quatrocentos litros de óleo diesel, que a Copasa também tem seus problemas, que tem funcionário da Copasa que não dorme a quatro dias, que reconhece que no dia de finados estava sem água, no entanto os funcionários estão lutando até pelas madrugadas, que são dezesseis funcionários e quatorze são famílias de Campina Verde e querem o bem de Campina Verde. Com a palavra o vereador Rodrigo cumprimentou a todos. Disse que juntamente com o vereador Edicionil



Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

no ano de 2.023, solicitou a construção definitiva da galeria da “Água Amarela”, no Assentamento Campo Belo. Solicitou ao Presidente para encaminhar sua indicação ao Senhor Prefeito, através do setor competente, uma vez que inicia o período chuvoso, notificar os proprietários dos terrenos, colocar a lei em vigor. Disse que teve covid seis vezes, porém a dengue é muito perigoso. Disse que a Prefeitura está fazendo uma boa gestão, que foram quatorze deputados que encaminharam emendas para o município de Campina Verde, que os deputados precisam do reconhecimento. Teceu comentários sobre a “Festa do Servidor”, que participaram mais de duas mil pessoas, que foi uma festa saudável e show agradável. Disse que viu nas redes sociais críticas pesadas aos vereadores, que todos os vereadores tem seus familiares. Deu conhecimento de um ofício que enviou em três de abril de dois mil e vinte quatro (03/04/2. 024), para o Promotor de Justiça, Dr. José Cícero Filho, e o mesmo respondeu solicitando que fosse encaminhado um ofício para ARSAE pedindo explicações e posteriormente foi encaminhado o referido ofício, que até o presente momento não obtiveram resposta da ARSAE. Disse que tiveram uma audiência em Belo Horizonte, que tem várias ações na justiça. Disse que solicitou a Drª Ane Caroline para entrar com uma ação no PROCON, para tomar as medidas necessárias, que se lembram da Copasa somente quando acontece à falta de água, que está pedindo para a Copasa investimentos, tem que ter seus próprios geradores de energia, que as pessoas culpam os vereadores e o prefeito, que a Copasa teria que disponibilizar caminhões pipa para suprir a falta de água. Disse que se as pessoas quiserem podem ir até a Câmara e vir todos os ofícios sobre a Copasa ao Ministério Público. Reiterou suas razões, que é contra a privatização da Copasa, que se o município assumir a “água” quebra o município. Disse que faltaram informações da Copasa e do Prefeito. Reiterou que será encaminhado uma denúncia ao PROCON. Deixou em aberto a todos os vereadores. Com a palavra o vereador Edicionil disse que todo lugar falam mal da Copasa, que não acreditam na Copasa, que se não tem água, trazem o caminhão pipa, que é muito descaso da Copasa, que os funcionários fazem tudo para atender a população, que os deputados Prados já “bateram” na Copasa e Cemig e não obtiveram nenhum resultado. Disse que apoia o vereador Ildo Coimbra para constituir uma CPI, que enviou diversos ofícios para a Copasa, porém não obteve resultados, que em seu bairro a água demora chegar, que solicitou uma caixa d’água para seu bairro e até o presente momento não obteve resultado. Disse que o descaso da Copasa é geral. Agradeceu ao Prefeito pela construção da Ponte da “Água Amarela”, bem ainda na Reserva. Com a palavra o vereador Xerereú sugeriu que fizesse uma caixa d’água de cinco mil litros e colocar mais torneiras, para facilitar a manutenção do cemitério. Com a palavra o vereador Tenente Araújo informou ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento a respeito da PL 039, que o Plano é o PPA (Plano Plurianual), do município de Campina Verde para o quadriênio de 2.026 a 2.029, que estima a receita e despesa e nosso prazo expira na segunda-feira. Com a palavra o Presidente o vereador Leonardo requereu o Voto de Pesar aos familiares de Lázaro Alves da Silva. Associou-se em todas as indicações, aos Votos de Pesar e as Moções de Aplauso.

08 - Ordem do Dia

Projeto de Lei nº049/2.025. O Presidente colocou em Apreciação em Segundo Turno o Projeto de Lei nº. 049/2025, de iniciativa do Poder Executivo, que “Autoriza o Município a doar imóvel para a empresa que especifica, e dá outras providências. O Presidente colocou o Projeto de Lei nº. 049/2025, em sua Segunda Discussão e Votação, tendo sido Aprovado pela Maioria dos senhores vereadores. Registrando UMA (01) do vereador Ildo Coimbra. Projeto de Lei nº 053/2.025. O Presidente colocou em Apreciação em 2º Turno o Projeto de Lei nº. 053/2025, de iniciativa do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Município de Campina Verde, estabelece suas competências, composição, funcionamento e dá outras providências”. O Presidente colocou o Projeto de Lei nº 053/2.025 em segunda discussão e votação, tendo



Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

sido Aprovado por Unanimidade dos senhores vereadores. Projeto de Lei nº 056/2.025. O Presidente colocou em sua Única Discussão e Votação a Solicitação de Tramitação em Regime Especial de Urgência para o Projeto de Lei nº 056/2.025, tendo sido Aprovado por Unanimidade dos senhores vereadores. O Presidente colocou em apreciação em Turno Único o Projeto de Lei nº. 056/2025, de iniciativa do Poder Executivo, que “Denomina a cobertura do Estádio Municipal Dr. Afonso Celso Faria, e dá outras providências”. Denomina de “Cobertura Osvaldo Leite de Moraes - Paulista” a cobertura sobre a arquibancada do Estádio Municipal. Em seguida solicitou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, através de seu Presidente, vereador Vanderlei Ferreira da Silva, que exarou parecer verbal ou nomeasse o relator, sobre o Projeto de Lei nº 056/2025, de iniciativa do Poder Executivo, oportunamente em que o mesmo emitiu parecer favorável, sendo acompanhados pelos membros da mesma comissão, vereadores Ildo e Dásio. Em seguida solicitou ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Rodrigo, que exarasse seu parecer verbal sobre o Projeto de Lei nº 056/2025, de iniciativa do Poder Executivo, em que o mesmo emitiu parecer favorável, sendo acompanhado pelos vereadores Marcelo e Tenente Araújo. O Presidente colocou o Projeto de Lei nº. 056/2025, em sua Única Discussão e Votação, tendo sido Aprovado por Unanimidade dos senhores vereadores. Projeto de Lei nº 057/2.025. O Presidente colocou em sua Única Discussão e Votação a Solicitação de Tramitação em Regime Especial de Urgência para o Projeto de Lei nº 057/2.025, tendo sido Aprovado por Unanimidade dos senhores vereadores. O Presidente com a devida autorização do Plenário colocou em apreciação em Turno Único o Projeto de Lei nº. 057/2025, de iniciativa do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder executivo a repassar incentivo financeiro a entidade que menciona, e contém outras providências”. Em seguida solicitou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, através de seu Presidente, vereador Vanderlei Ferreira da Silva, que exarou parecer verbal ou nomeasse o relator, sobre o Projeto de Lei nº 057/2025, de iniciativa do Poder Executivo, oportunamente em que o mesmo emitiu parecer favorável, sendo acompanhados pelos membros da mesma comissão, vereadores Ildo e Dásio. Em seguida solicitou ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Rodrigo, que exarasse seu parecer verbal sobre o Projeto de Lei nº 057/2025, de iniciativa do Poder Executivo, em que o mesmo emitiu parecer favorável, sendo acompanhado pelos vereadores Marcelo e Tenente Araújo. O Presidente colocou o Projeto de Lei nº. 057/2025, em sua Única Discussão e Votação, tendo sido Aprovado por Unanimidade dos senhores vereadores. Projeto de Lei nº 024/2.025. O Presidente colocou em sua Única Discussão e Votação a Solicitação de Tramitação em Regime Especial de Urgência para o Projeto de Lei nº 024/2.025, tendo sido Aprovado por Unanimidade dos senhores vereadores. O Presidente com a devida autorização do Plenário colocou em apreciação em Turno Único o Projeto de Lei nº. 024/2025, de iniciativa do Poder Legislativo, que “Dá denominação ao Bosques Adjacente à Escola Municipal Iaponira de Oliveira Faria, e dá outras providências”. Que denomina de “Carlos Roberto dos Santos - Carlão da Praça” o bosque adjacente à Escola Municipal Iaponira de Oliveira Faria. Em seguida solicitou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, através de seu Presidente, vereador Vanderlei Ferreira da Silva, que exarou parecer verbal ou nomeasse o relator, sobre o Projeto de Lei nº 024/2025, de iniciativa do Poder Legislativo, oportunamente em que o mesmo emitiu parecer favorável, sendo acompanhados pelos membros da mesma comissão, vereadores Ildo e Dásio. Em seguida solicitou ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Rodrigo, que exarasse seu parecer verbal sobre o Projeto de Lei nº 024/2025, de iniciativa do Poder Legislativo, em que o mesmo emitiu parecer favorável, sendo acompanhado pelos vereadores Marcelo e Tenente Araújo. O Presidente colocou o Projeto de Lei nº. 024/2025, em sua Única Discussão e Votação, tendo sido Aprovado por Unanimidade dos senhores vereadores. Projeto de Decreto Legislativo nº 026/2.025. O Presidente colocou em apreciação em Turno Único o Projeto de Decreto nº. 026/2025, de iniciativa do Poder Legislativo, que “Dispõe sobre a concessão de Comenda da Ordem Municipal do Mérito “João Batista Siqueira, e dá outras providências.” Concede ao Sr. Nárcio Rodrigues da Silveira a Medalha da Ordem Municipal do Mérito, no



Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

Grau de Comendador. Em seguida solicitou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, através de seu Presidente, vereador Vanderlei Ferreira da Silva, que exarou parecer verbal ou nomeasse o relator, sobre o Projeto de Decreto nº 026/2025, de iniciativa do Poder Legislativo, oportunamente em que o mesmo emitiu parecer favorável, sendo acompanhados pelos membros da mesma comissão, vereadores Ildo e Dásio. Em seguida solicitou ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Rodrigo, que exarasse seu parecer verbal sobre o Projeto de Decreto nº 026/2025, de iniciativa do Poder Legislativo, em que o mesmo emitiu parecer favorável, sendo acompanhado pelos vereadores Marcelo e Tenente Araújo. O Presidente colocou o Projeto de Decreto Legislativo nº. 026/2025, em sua Única Discussão e Votação, tendo sido Aprovado por Unanimidade dos senhores vereadores. O Presidente colocou em sua única votação os demais requerimentos apresentados pelos senhores vereadores, tendo sido Aprovado por Unanimidade dos senhores vereadores. O Presidente informou ao Plenário, que nos dias 3 e 9 de outubro, foram protocolados, pela Prefeitura, nesta Casa de Leis, o reencaminhamento do Projeto de Lei nº. 039/2025 que “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Campina Verde/MG, para o Quadriênio 2026 a 2029 e o reencaminhamento do Projeto de Lei nº. 040/2025 que “Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Campina Verde/MG, para o Exercício Financeiro de 2026”. Lembrou mais uma vez aos senhores vereadores membros das comissões pertinentes, em especial, os membros da Comissão de Finanças e Orçamento que conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 71 do Regimento Interno, o prazo para apresentação dos pareceres das comissões é de 20 dias. Lembrou novamente, a todos os vereadores, que conforme dispõe o parágrafo 1º artigo 140-A da Lei Orgânica, as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida efetivamente realizada no exercício anterior ao da apresentação da proposta orçamentária, com metade deste percentual destinado a ações e serviços públicos de saúde. Informações sobre como deverão ser realizadas as referidas emendas poderão ser obtidas junto à Assessoria Contábil. Após o cumprimento das disposições legais, convocarei Sessões deliberativas para a apreciação destes instrumentos de planejamento.

09 - Encerramento

Nada mais havendo a tratar, o Presidente procedeu ao encerramento da Sessão, agradecendo a presença de todos, inclusive àqueles que os acompanharam pelas redes sociais, lembrando aos senhores vereadores que nossa próxima Sessão Ordinária está designada para as 19h15min horas, do dia 18 de novembro de 2025.

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2025.

Leonardo Freitas Caetano Tostes – Presidente



Câmara Municipal de Campina Verde - MG
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

Wellington Rodrigo Souza Nascimento - Vice-Presidente

João Marcos de Jesus Fernandes - Secretário

Edicionil Dias da Silva - Tesoureiro

Dásio Antônio Martins dos Santos

Ildo Arantes Coimbra

Ilson Divino de Souza

José Alves de Araújo



Câmara Municipal de Campina Verde - MG

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Resumo da 17ª Reunião Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª (2025 - 2028) (Atual) Legislatura

Marcelo Almeida da Silva

Rodrigo Camargos Gonçalves

Vanderlei Ferreira da Silva

Matérias do Expediente

Oradores do Expediente

Lista de Presença da Ordem do Dia

Matérias da Ordem do Dia

Ocorrências da Sessão

Oradores das Explicações Pessoais

Conteúdo Multimídia

Multimídia Audio: Indisponível

Multimídia Video: Indisponível

Considerações Finais